



ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ

CNPJ: 83.779.413/0001-43

Rua Alberto Stein, 466 – Fone (47) 3331-5800

89036-200 – BLUMENAU – Santa Catarina

www.ammvi.org.br

ATA DA 422ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ (Ammvi), REALIZADA NO DIA DEZOITO DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E TREZE, NO MUNICÍPIO DE BLUMENAU/SC.

Aos dezoito dias do mês de novembro de dois mil e treze, às quinze horas e trinta minutos, realizou-se a quadringentésima vigésima segunda Assembleia Geral Ordinária da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí (Ammvi), nas dependências da sala Blumenau, no Hotel Sesc, em Blumenau/SC, com a presença de prefeitos, vice-prefeitos, técnicos da Ammvi e demais convidados, conforme registro de presença. Declarando aberta a assembleia, o presidente da Ammvi e prefeito de Timbó, senhor Laércio Demerval Schuster Junior, agradeceu a presença de todos e, constatando quórum estatutário, deu início aos trabalhos. Inicialmente, o presidente determinou a leitura da Ordem do Dia, assim composta: 1 - Leitura e votação da ata da assembleia anterior; 2 - Movimento econômico e Colegiado de Fazenda; 3 - Reivindicações na área da Saúde para a região; 4 - Resíduos sólidos; 5 - Saneamento básico; 6 - Encerramento de exercício; 7 - Assuntos gerais. O presidente apresentou o item um, confirmou o recebimento antecipado da ata pelos prefeitos e, não havendo manifestação, o documento foi encaminhado para votação, o qual foi aprovado por unanimidade. Em continuidade, passou-se para o segundo assunto em pauta, relatado pelo economista da Ammvi, senhor Célio Francisco Simão. Sobre o movimento econômico, o técnico apresentou o resultado do retorno do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para este ano, em que o valor adicionado começou a sofrer quedas. A participação no valor adicionado de alguns municípios catarinenses ameaça diminuir a participação dos municípios da Ammvi, embora o crescimento se mantenha em 30%, o que pode afetar futuramente o valor adicionado. O economista apresentou aos prefeitos a participação relativa dos municípios de dois mil e onze e dois mil e doze, o valor adicionado (diferença entre as entradas e as saídas) apurado neste ano relativo a dois mil e doze e o índice de crescimento, que é a média dos últimos dois anos. Embora alguns municípios tenham parado de crescer e é segurado pela média, o economista alerta que não pode acontecer de dois anos seguidos caírem. Segundo o senhor Simão, em virtude de algumas dificuldades no movimento econômico dos municípios, o assunto vem sendo discutido no Colegiado de Fazenda, de modo a encontrar soluções conjuntas e concretizar ações para melhorar o crescimento dos municípios e o retorno do ICMS. Além disso, o economista alertou os prefeitos para terem precaução nas contas dos municípios. Nos próximos dias serão divulgados pela Secretaria de Estado da Fazenda (SEF) os índices de dois mil e quatorze, que serão aplicados a partir de janeiro. Conforme projeção deve perder Ascurra, Benedito Novo, Brusque, Doutor Pedrinho e Rio dos Cedros, já os demais municípios devem ter crescimento. Até novembro de dois mil e treze o Estado repassou aos municípios, em ICMS, cerca de R\$ 2.563.000.000,00 (dois bilhões e quinhentos e sessenta e três milhões). Em dois mil e doze o valor foi de R\$ 2.653.000.000,00 (dois bilhões e seiscentos e cinquenta e três milhões). Para finalizar, o economista avisou aos prefeitos da participação do Ministério Público na próxima assembleia geral ordinária, em que deve discorrer sobre a arrecadação dos municípios, atuações do Ministério Público e resultados. O presidente da Ammvi tomou a palavra e indagou aos demais membros sobre a concordância de receber os promotores na próxima assembleia, pois é importante conhecer as pretensões do Ministério Público e o que a instituição tem a contribuir com os municípios. Os demais prefeitos concordaram, uma vez que a intenção é tomar uma decisão conjunta após a assembleia, com resposta formal ao Ministério Público, contando inclusive com o apoio do Colegiado de Fazenda. Dando prosseguimento, falou-se sobre as reivindicações na área da Saúde, sendo esta uma deliberação de assembleia anterior, momento em que o secretário executivo da Ammvi, senhor José Rafael Corrêa, proferiu a leitura do documento apresentado

1

44 pela Comissão Intergestora Regional (CIR) do Médio Vale do Itajaí, o qual traz quatro prioridades para a
45 região, são elas: criação de uma política estadual de investimentos e incentivos hospitalares; alteração dos
46 critérios para repasse dos recursos referente Deliberação CIB 241/CIB/12; aplicação da tabela do Sistema
47 Único de Saúde (SUS) nos contratos do Consórcios Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí
48 (Cisamvi); e reconhecimento do Cisamvi como consórcio público para gerar série histórica. O primeiro
49 pleito sugere uma política estadual baseada em critérios técnicos e demanda local e regional, com foco no
50 acesso e na qualidade de atendimento à população usuária do SUS. Atualmente os municípios da região
51 do Médio Vale investem mensalmente para garantir acesso, custear os hospitais filantrópicos, já que não
52 comporta nenhum hospital público. Os municípios investem mensalmente cerca de R\$ 2.673.399,84 (dois
53 milhões, seiscentos e setenta e três, trezentos e noventa e nove, e oitenta e quatro) nos hospitais para
54 auxiliar no custeio da urgência/emergência, internação e demais itens operacionais. Tais valores poderiam
55 estar sendo investidos na atenção básica, que é obrigação dos municípios. A segunda prioridade solicita
56 que a Secretaria de Estado da Saúde (SES) discuta junto ao Conselho de Secretários Municipais de Saúde
57 (Cosems) a alteração dos critérios de repasse dos recursos financeiros da deliberação 274/CIB/12, que
58 prevê o valor de R\$ 0,030 per capita, pois os municípios não estão conseguindo ter acesso a este recursos,
59 uma vez que já possuem uma policlínica de referência e o Cisamvi não está dentro da legislação como
60 prestador de serviço devido às dificuldades legais encontradas para sua formatação como prestador do
61 SUS. Quanto à terceira prioridade, os secretários detectaram, através de levantamento de valores de
62 procedimentos aplicados pelos municípios ao Cisamvi para execução de consultas, exames e compra de
63 medicamentos, que os valores praticados pelo consórcio estão em sua maioria acima dos valores da tabela
64 do SUS, tornando-o um concorrente do Sistema e não um serviço de complementariedade. A dificuldade
65 apontada de não se ter na região serviços disponíveis pela tabela SUS pode ser avaliada e rediscutida em
66 virtude do montante significativo de recursos financeiros recorrentes nos últimos anos. Já a quarta
67 prioridade é uma continuidade da terceira, pois os municípios vêm somando valores consideráveis no
68 Cisamvi, utilizando na maioria das vezes recursos próprios sem série histórica, impossibilitando que tais
69 serviços sejam computados na prestação do SUS. Tais problemas poderiam ser parcialmente resolvidos se
70 o consórcio trabalhasse unicamente com valores da tabela SUS e fosse reconhecido como consórcio
71 público para gerar a série histórica para todos os municípios. Após alterações no software utilizado pelo
72 Cisamvi é possível visualizar os valores praticados pelo consórcio e os valores da tabela SUS de cada
73 procedimento, cuja mudança possibilitou aos municípios utilizarem recursos da média e alta
74 complexidade para pagamentos das diferenças de valores das tabelas Cisamvi e SUS, e não mais recursos
75 próprios para o pagamento integral dos procedimentos executados pelo consórcio. Em deliberação,
76 quanto aos itens um e dois do documento, os prefeitos colocaram da necessidade de realização de uma
77 reunião com a secretária de Estado da Saúde, senhora Tânia Eberhardt, para a apresentação dos pleitos e
78 debate para soluções futuras. Sobre os itens três e quatro, será montado um grupo de trabalho para dar
79 andamento ao assunto, o qual ficou composto pelos prefeitos de Doutor Pedrinho, Hartwig Persuhn;
80 Botuverá, José Luiz Colombi; Guabiruba, Matias Kohler; Benedito Novo, Osnir Floriani; além do
81 secretário executivo do Cisamvi, senhor Carlos Cesar da Silva e secretários municipais da Saúde a serem
82 escolhidos. Em continuidade, passou-se para o quarto assunto de pauta – resíduos sólidos – que foi
83 relatado pelo secretário executivo da Ammvi. Neste, foi acordado pelo andamento dos projetos e ações
84 em andamento, em que se vai buscar o apoio do governo federal na área técnica e posteriormente aporte
85 financeiro, como também foi montado um grupo de trabalho composto por técnicos e prefeitos, sendo:
86 José Luiz Colombi, prefeito de Botuverá; Paulo Roberto Eccel, prefeito de Brusque; Hartwig Persuhn,





ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ

CNPJ: 83.779.413/0001-43

Rua Alberto Stein, 466 – Fone (47) 3331-5800

89036-200 – BLUMENAU – Santa Catarina

www.ammvi.org.br

87 prefeito de Doutor Pedrinho; Pedro Celso Zuchi, prefeito de Gaspar; Sergio Almir dos Santos, prefeito de
88 Indaial; Fernando Tomaselli, prefeito de Rio dos Cedros; Laércio Demerval Schuster Junior, prefeito de
89 Timbó; José Rafael Corrêa, secretário executivo da Ammvi; Fabiana de Carvalho Rosa, assessora de
90 Saneamento da Ammvi; Valter Conrado de Araújo, secretário executivo do Cimvi. Este grupo terá a
91 responsabilidade de dar andamento ao projeto da usina de biometanização e ações paralelas na área de
92 resíduos sólidos, tomando decisões e participando de reuniões com entidades congêneres, assim como a
93 responsabilidade de passar informações aos demais prefeitos. Em decorrência desse assunto e da
94 necessidade de estabelecer um diálogo com o município de Blumenau para decisões importantes sobre a
95 usina, foi marcada uma reunião com o prefeito Napoleão Bernardes Neto para o dia vinte e cinco de
96 novembro, a partir das nove horas e trinta minutos, para apresentação do projeto da usina e do histórico
97 de evolução das ações na área de resíduos sólidos. Na ocasião, todos os prefeitos do grupo se
98 comprometeram em participar. Após, a senhorita Fabiana passou alguns informes na área de saneamento
99 básico – quinto assunto em pauta -, relatando que o município de Guabiruba teve audiência pública do
100 Plano Municipal de Saneamento; para Apiúna, foi feita uma reunião sobre o plano; e agora falta resolver
101 a questão de Rodeio que está tendo problemas com a Fundação Nacional de Saúde (Funasa), porém o
102 prefeito Paulo Roberto Weiss informou que a questão já está sendo esclarecida. Quanto ao Termo de
103 Ajustamento de Conduta (TAC) a situação está controlada em todos os municípios, cuja documentação
104 também está sob a guarda da Ammvi, que acompanha os prazos. A assessora avisou que terá uma
105 capacitação nos dias vinte e seis e vinte e sete de novembro, em Balneário Camboriú, em que os
106 municípios de Botuverá e Brusque foram convidados a participar. Esta capacitação é nas áreas de
107 saneamento básico e vigilância sanitária para o cumprimento de cláusula do TAC. O secretário executivo
108 solicitou para averiguar se os demais municípios também já foram capacitados. A assessora fez ainda um
109 breve relato sobre a sexta edição do Fórum Regional de Resíduos Sólidos Urbanos do Médio Vale do
110 Itajaí, realizado no dia onze de novembro, em Blumenau, que apresentou palestras sobre biogás e
111 educação ambiental e contou com a participação de profissionais da Secretaria de Estado do
112 Desenvolvimento Econômico Sustentável (SDS), do Ministério das Cidades e da comitiva de técnicos
113 alemães. Alguns desses profissionais participaram ainda de reuniões na Ammvi com o Colegiado de
114 Resíduos Sólidos. Segundo a senhorita Fabiana, a boa notícia é que o projeto da usina de biogás está de
115 acordo com as diretrizes do governo federal, o qual também firmou convênio com a Alemanha para
116 iniciativas na área de gestão de resíduos sólidos. Dando prosseguimento, passou-se para encerramento de
117 exercício, assunto apresentado pelo secretário executivo da Ammvi, que falou do crescimento do ICMS
118 na região, que no mês de outubro foi de 9,7% em relação ao ano anterior. Na mesma linha está o Fundo
119 de Participação dos Municípios (FPM) que, comparado ao exercício anterior, teve um crescimento de
120 7,8% até o mês de outubro. A previsão publicada pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) de
121 novembro em relação a outubro é um crescimento de 29,5% do FPM, e de dezembro sobre novembro
122 deverá ser de 8,5%, porém o valor de dezembro deve ser semelhante ao repassado no ano passado, pois se
123 prevê uma queda de 0,5% em relação ao mesmo período do ano anterior. Segundo ele, tais índices são
124 uma preocupação constante da Ammvi e é pauta permanente nas assembleias e reuniões colegiadas, por
125 isso, ele pediu especial atenção dos prefeitos na gestão das contas públicas, uma vez que é preferível
126 segurar recursos a gastar além da previsão de arrecadação. Qualquer dúvida ou dificuldades, o secretário
127 executivo salientou que a Ammvi se coloca à disposição para explicar os índices, acompanhar as contas e
128 assessorar na proposição de melhorias. Além disso, falou rapidamente da Lei da Transparência, em que o
129 Colegiado de Contadores Públicos fez uma minuciosa análise dos sites municipais, identificando falhas e

3

APIÚNA – ASCURRA – BENEDITO NOVO – BLUMENAU – BOTUVERÁ – BRUSQUE – DOUTOR PEDRINHO
GASPAR – GUABIRUBA – INDAIAL – POMERODE – RIO DOS CEDROS – RODEIO – TIMBÓ



ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ

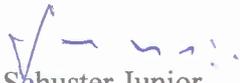
CNPJ: 83.779.413/0001-43

Rua Alberto Stein, 466 – Fone (47) 3331-5800

89036-200 – BLUMENAU – Santa Catarina

www.ammvi.org.br

130 já está trabalhando pela implantação de melhorias, a fim de evitar sanções futuras. Para isso, está sendo
131 feito um trabalho com as empresas de informáticas que deverão cometer as adaptações necessárias na
132 publicação das informações. Retomando a palavra, o presidente entrou em assuntos gerais, momento em
133 que o senhor Corrêa apresentou o levantamento feito pela Ammvi referente o recesso de final de ano das
134 prefeituras. A cópia do levantamento será enviada para os prefeitos. Em seguida, marcou-se a data da
135 próxima assembleia geral ordinária, a qual os prefeitos votaram no dia onze de dezembro, às nove horas,
136 com almoço festivo que reunirá prefeitos e colaboradores da Ammvi e consórcios públicos. Ainda em
137 assuntos gerais, a assessora de Comunicação Social da entidade, senhorita Michele Prada, comunicou aos
138 prefeitos da realização de uma pesquisa pela Federação Catarinense de Municípios (Fecam) sobre o
139 Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Municipal Sustentável (SIDMS), a qual foi encaminhada
140 comunicação por ofício aos prefeitos com cópia aos secretários municipais de Administração e Fazenda.
141 O SIDMS é um sistema que consolida informações municipais de diversas bases de dados em índices,
142 indicadores, mapas, gráficos e termômetros de desenvolvimento, visando disponibilizar ao gestor público
143 um ambiente de informações integradas e simplificadas para subsidiar o planejamento de políticas
144 públicas e a tomada de decisão na Administração Municipal. Para a adequada execução, a pesquisa deve
145 ser respondida até o final de novembro, impreterivelmente, pois após este prazo a Fecam estará
146 compilando os dados, em que os municípios com os melhores índices serão premiados durante o XII
147 Congresso Catarinense de Municípios, em fevereiro de dois mil e quatorze. Na ocasião, alertou-se aos
148 prefeitos que cinco municípios ainda não responderam à pesquisa. Após, o secretário executivo do
149 Cisamvi alertou aos prefeitos do monitoramento feito pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa
150 Catarina (TCE) na aquisição de medicamentos que, segundo a corte catarinense, os valores pagos pelas
151 prefeituras devem ser aquém dos valores pagos pelo consórcio, o qual faz anualmente pregão eletrônico
152 para a aquisição de medicamentos. No caso de valores superiores, haverá fiscalização no município e
153 questionamentos ao prefeito. Este alerta já foi feito ao Colegiado de Saúde. Nada mais havendo a tratar, o
154 presidente Laércio Schuster Junior agradeceu a presença de todos e declarou encerrados os trabalhos da
155 assembleia, da qual se lavrou a presente ata.

156
157
158
159

Laércio Demerval Schuster Junior
Presidente


José Rafael Corrêa
Secretário Executivo


Michele Prada
Assessora de Comunicação Social